



## O Departamento de Censura e Diversões Públicas e a censura a livros de autores brasileiros 1970 -1988 <sup>1</sup>

Sandra REIMÃO<sup>2</sup>

### Resumo

Esse trabalho aborda a censura do Estado em relação a livros durante a Ditadura Militar brasileira. Especificamente, esse estudo enfoca a censura exercida pelo Departamento de Censura e Diversões Públicas - DCDP- em relação a livros de autores brasileiros. O objetivo principal desse artigo é mapear o conjunto de textos de autores nacionais vetados pelo DCDP durante os anos de 1970 a 1988. As fontes utilizadas foram: 1) bibliografia; 2) jornais e revistas de época e; 3) documentos do DCDP disponíveis no Arquivo Nacional, Secção: Censura prévia, série: publicações.

### Palavras-chave:

Censura; livros; DCDP; Ditadura Militar; Brasil década 1970.

A censura prévia, já anteriormente regulamentada para cinema, televisão, teatro, espetáculos públicos, música e rádio, e prática presente em várias revistas e jornais impressos, se expandiu e para a totalidade do mercado editorial depois da centralização do Serviço de Censura e Diversões Públicas - SCDP, em Brasília.

A censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto-lei 1077/70. Os artigos 1 e 2 deste Decreto estavam assim redigidos:

“Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação; Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior”.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NPProdução Editorial, IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora da Universidade Metodista de São Paulo e Bolsista Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.



A Portaria 11-B, de 6 de fevereiro, para operacionalizar o Decreto 1077/70, determinava que todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça para julgamento. A reação adversa de editores, escritores, intelectuais e associações da sociedade civil – entre elas a Associação Brasileira de Imprensa, Ordem dos Advogados do Brasil e a Academia Brasileira de Letras – foi grande, relata-nos, entre outros, Antonio Costela no livro *O Controle da Imprensa no Brasil*, publicado no calor da hora, em 1970, pela Editora Vozes.

Liderando a oposição à censura prévia para livros destacaram-se Jorge Amado e Érico Veríssimo, líderes também de vendas na época, que declararam publicamente “em nenhuma circunstância mandaremos os originais de nossos livros aos censores, nós preferimos parar de publicar no Brasil e só publicar no exterior”. (JONES, D. (ed.). 2001, vol. I, p. 46)

A incisiva reação contra o estabelecimento da censura prévia para livros e publicações em geral levou o governo a recuar e a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B; “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes”.

Porém, note-se também que os limites para decidir se um texto enfoca ou não, engloba ou não, tangencia ou não, temas de moralidade pública, bons costumes ou sexo, podem ser limites bastante móveis e essa mobilidade permitiu que relevantes obras – teóricas, conceituais e ficcionais – fossem alvo de rigorosos atos censórios.

Na prática, a censura a livros dava-se, segundo uma descrição publicada na revista *Veja* de 29/12/1976, da seguinte forma:

“Alguém que tenha lido um livro, autoridade ou não, e o considere atentatório à moral ou mesmo subversivo, faz uma denúncia ao Ministério. Instala-se, então, um processo no qual é dada a um assessor do ministro da Justiça a tarefa de ler a publicação e emitir parecer. Com base neste, o ministro decreta ou não a apreensão.(...) A tarefa passa a seguir para a Polícia Federal que deve providenciar o recolhimento dos exemplares à venda”. (Revista *Veja*, 29/12/1976, p.82)



Apesar dos censores trabalharem, no que tange a censura de livros, respondendo a denúncias, mesmo assim, continua a descrição da revista *Veja*, “as superintendências regionais da Polícia Federal costumam receber livros para censura prévia, de editoras que temem uma apreensão posterior à publicação”.

A censura prévia para livros seria inexecutável. Uma matéria da revista *Visão* de 11 de março de 1974 salienta esta impossibilidade técnica: “só em 1971 foram lançados no Brasil 9.950 títulos novos, que exigiriam um número incalculável de censores”. O conjunto de pessoas atuando como censores federais passou de 16 funcionários em 1967 para 240 ao final do Regime Militar (STEPHANOU, 2001, p. 246) – mas mesmo com este inchaço, a censura prévia de todo o mercado editorial brasileiro era algo não executável. A maioria da atividade de censura em relação a livros dava-se, na prática, por denúncias.

Nos primeira metade da década de 1970, no chamado “Milagre Brasileiro”, a edição de livros cresceu em número de títulos editados e também em número de exemplares. Em 1972, o Brasil ultrapassou, pela primeira vez, a barreira de um livro por habitante ao ano. Em 1972 a população brasileira era de 98 milhões de habitantes e foram produzidos 136 milhões de livros – 1,3 livros por habitante. Para entender esse crescimento é preciso levar em conta, entre outros indicadores básicos, a queda da taxa de analfabetismo de 39% para 29% na população com mais de cinco anos de idade, entre os anos de 1970 e 1980. (REIMÃO, 1994, p. 59-61 a partir de dados do IBGE)

Os dados gerais sobre a ação da censura a livros neste período são conflitantes: Zuenir Ventura, em 1968 o ano que não terminou, indica, como já citamos, que entre 1968 e 1978 foram censurados 200 livros; um levantamento realizado pela equipe de pesquisadores do Centro Cultural São Paulo e publicada no livro *Cronologia das Artes em São Paulo - 1975-1995* –, volume 1 – *Quadro Brasil*, indica, esses mesmos números. Diferentemente do livro de Zuenir Ventura e da *Cronologia das Artes* citada acima, Deonísio da Silva no livro *Nos bastidores da censura* indica 430 livros proibidos pela Censura Federal durante o Regime Militar.

Na listagem de obras censuradas durante o Regime Militar apresentada por Deonísio da Silva em *Nos bastidores da censura*, cerca de 92 dos títulos listados são livros de autores



brasileiros. Deste 92 livros de autores brasileiros censurados durante o Regime Militar, 7 (sete) são textos teatrais censurados para publicação em livro, 15 (quinze) são livros de não-ficção e 70 (setenta) são textos literários. Entre os 70 textos literários referidos acima cerca de 60 (sessenta) são eróticos/ pornográficos.

### **Arquivo Nacional**

Em Brasília, no subsolo do prédio do Arquivo Nacional, encontram-se os documentos que restaram da Divisão de Censura de Diversões Públicas. Em 1988, com a promulgação da nova Constituição, que bania a censura, o DCDP foi desativado e sua documentação transferida para o Arquivo Nacional. O DCDP foi substituído pelo Departamento de Justiça e Classificação e os censores, quando possível, foram aproveitados no serviço público como delegados ou peritos. A preservação e organização do arquivo com os documentos do extinto DCDP estão, desde 1988, a cargo de três funcionários que se incumbiram pessoalmente da transferência, manutenção e catalogação do material.

É claro que quando o DCDP foi desativado é possível que muitos documentos tenham sido eliminados, extraviados ou perdidos. Inimá Simões, na apresentação de seu livro sobre censura cinematográfica assinala: “Compulsando os processos, percebe-se que páginas foram arrancadas, ofícios subtraídos e, de vários filmes, não ficou nenhum sinal de sua passagem, apesar da interdição oficial”. Mesmo assim, trata-se de um acervo muito grande e de enorme valor histórico.

O material de censura prévia em relação a publicações é composto por processos referentes a cerca de 490mlivros e 97 revistas submetidos ao DCDP.

Para qualquer afirmação sobre esses dados, não podemos esquecer que se trata da documentação preservada e não sabemos a que percentual do total original essa documentação corresponde. Eliminando os livros nos quais não constam autoria e os que constam como autor nomes que não conseguimos identificar a nacionalidade (16), da listagem total de aproximadamente 490 livros submetidos ao DCDP, cerca de 140 são de autores nacionais e, destes, 70 foram vetados, sendo que 60 deles podem ser classificados como eróticos/pornográficos. (Os números são sempre aproximados, pois



há livros que foram apresentados mais de uma vez e há livros que foram apresentados com nomes diferentes)

### **Teatro em livros**

Em 1970 o Serviço Nacional de Teatro encaminhou 20 textos de peças teatrais de dramaturgos brasileiros para serem publicados em livros, destes, 4 foram vetados pelo DCDP: Pavana para um macaco defunto, de Antônio Galvão Naclério Novaes; Papa Highirte, de Oduvaldo Vianna; O sótão e o rés do chão ou Soninha toda pura, de José Ildemar Ferreira e A farsa do bode expiatório, de Luiz Maranhão Filho ( a documentação destes processos encontra-se no Arquivo Nacional).

Segundo o levantamento realizado por Deonísio Silva, sete outros textos teatrais de autores nacionais tiveram sua publicação em livro censurada: Maria da Ponte, de Guilherme Figueredo; Rasga coração, de Oduvaldo Viana Filho; Canteiro de obras e O belo burguês, de Pedro Porfírio; Quarto de empregada, de Roberto Freire e as peças Abajur lilás e Barrela, de Plínio Marcos. Note-se que estamos salientando aqui apenas a publicação em livros de peças teatrais e não a encenação das mesmas.

Quanto à encenação, a atuação da censura era de outra ordem. Apenas em 1965 foram proibidas as encenações de: O berço do herói, de Dias Gomes, Brasil pede passagem, show com textos de Castro Alves e Sérgio Porto, Berço esplêndido, de Sérgio Porto e mais três peças estrangeiras, de Gorki, Brecht e Feideau, depois liberadas. (Revista Visão, 11/03/1974, p. 143)

A peça O berço do herói, de Dias Gomes, escrita em 1963, teve uma trajetória complexa. Sua encenação foi proibida pela Censura Federal em 1965, ao mesmo tempo em que a publicação em livro alcançou sucesso de vendas. Em setembro de 1965, no número 4 da Revista Civilização Brasileira Nelson Werneck Sodré escreveu: “O berço do herói, que foi proibida pela censura /no teatro/ (...) em livro, afirma-se como best-seller, e Dias Gomes recebe essa consagração e mais a da reprise de sua peça O Pagador de Promessas. Vejam-na ou revejam-na: é muito oportuna (...)”.

Dez anos depois, em 1975, Dias Gomes adaptou o enredo básico de O berço do herói para telenovela sob o título Roque Santeiro. Em 1975, já com 36 capítulos gravados.



Roque Santeiro teve sua transmissão censurada no dia da estréia. No programa Globo Repórter 40 anos de telenovela, transmitido pela Rede Globo de Televisão em 1991, Dias Gomes relata que havia contado, por telefone, para Nelson Werneck Sodré que Roque Santeiro era uma adaptação de O Berço do Herói e que depois soube que o telefone de Nelson Werneck Sodré estava “grampeado”. Em 1985, a mesma telenovela voltou a ser produzida e obteve enorme sucesso de audiência. Entre junho de 1985 e fevereiro de 1986 a telenovela Roque Santeiro “contaminou o país” e “o Brasil se reuniu mais uma vez em frente à televisão”. (FERNANDES, 1997, ps. 308-310)

Outro caso de ações censoras diversas para diferentes meios de comunicação ocorreu em 1973 em relação à peça Calabar, de Chico Buarque de Holanda e Ruy Guerra. O texto foi liberado pela censura prévia para publicação em livro, porém a encenação foi censurada e o disco teve que alterar a capa prevista. Chico Buarque, no DVD Bastidores (RWR Comunicações, 2005) relembra assim o episódio: “A peça foi aprovada (...) montamos o espetáculo e aí a censura que teria que aprovar a montagem,... não foi aprovada. Aquilo ficou muito esquisito. Por que aí os jornais eram proibidos de noticiar a proibição e as pessoas chegavam na bilheteria e não entendiam (...) e já tinha os cartazes preparados „leia o livro, assista a peça, compre o disco Calabar“. (...) O livro foi liberado (...) o espetáculo simplesmente deixou de existir (...) e o disco (...) saiu com uma capa branca (...) e ficou sendo Chico Canta”.

### **Livros não-ficcionais**

No acervo de documentos do antigo Departamento de Censura de Diversões Públicas encontram-se os processos que geraram os vetos de dois livros de não-ficção de autores brasileiros: Programa de Saúde (Projetos e temas de higiene e saúde), de Lúcia Rosenberg Aratangy e outros, Companhia Editora Nacional, vetado em 1978; e Basta Bastardos, de Helio de Almeida vetado em 1970.

Deonísio da Silva lista ainda outros textos não ficcionais de autores brasileiros censurados entre 1968 e 1978: O Poder Jovem (História da participação política dos estudantes brasileiros), de Arthur José Poerner; O mundo do socialismo e A Revolução brasileira, de Caio Prado Junior; A Universidade necessária, de Darcy Ribeiro; Contradições urbanas e movimentos sociais, de J. Álvaro Moises e outros; Classes médias e política no Brasil e Movimento estudantil e consciência social na América



Latina, de J.A. Guilhon Albuquerque; América Latina: ensaios de interpretação econômica; de José Serra e outros; O despertar da Revolução Brasileira e Torturas e torturados, de Márcio Moreira Alves; Dicionário de palavras e termos afins, de Mario Souto Maior; História militar do Brasil, de Nelson Werneck Sodré; A verdade de um revolucionário, de Olympio Mourão Filho; A automação e o futuro do homem e A mulher na construção do mundo futuro, de Rose Marie Muraro.

O livro 113 dias de angústia – impedimento e morte de um presidente, que retrata a doença e a morte do presidente Costa e Silva em 1969, escrito pelo jornalista Carlos Chagas, que à época trabalhava como secretário de Imprensa da Presidência da República, foi publicado em 1970 pela editora Agência Jornalística Imagem e ficou proibido por muitos anos pela Censura

Pelo foco e interesse temático que os títulos dos livros acima indicam percebe-se que o DCDP fazia a expressão „textos que verssem sobre sexo, moralidade pública e bons costumes“ poder ter uma abrangência bastante ampla e atingir praticamente tudo que não fosse do interesse do poder divulgar.

### **Livros eróticos/pornográficos**

Nos arquivos do DCDP encontram-se indicações de 70 livros eróticos/pornográficos de autores brasileiros vetados entre 1968 e 1978; o livro de Deonísio da Silva, Nos bastidores da censura, apresenta 69 títulos com esse perfil; comparando-se as duas listagens e excluindo-se as repetições resulta que cerca de 100 livros eróticos/pornográficos de autor nacional foram censurados na década de 1970.

Entre esses, 13 são de autoria de Adelaide Carraro, 18 de Cassandra Rios, 22 são assinados como Dr. G. Pop, 17 como Brigitte Bijou e 6 como Márcia Fagundes Varela. Apesar de Adelaide Carraro afirmar que seus livros tratavam de temas políticos, na realidade, “a sexualidade assume o primeiro plano em sua obra e a corrupção política, os problemas sociais aparecem apenas como uma questão secundária”. (CALDAS, 2000, p. 189)

Não nos esqueçamos que parte dos militares via a sexualidade como podendo ser utilizada como ferramenta do “expansionismo comunista”. Exemplos dessa postura



foram coletados por Paolo Marconi em A censura política na imprensa brasileira, citemos um: “O sexo é um instrumento usado pelos psicopolíticos para perverter e alienar a personalidade dos indivíduos (...)” concluindo então “Daí partem para o descrédito das famílias, dos governos, e passam à degradação da nação, bem como intensificam a divulgação da literatura erótica e da promiscuidade sexual”, palavras do tenente-coronel Carlos de Oliveira. (ver: MARCONI, 1980)

### **Romances, contos e poesias**

Além dos textos teatrais já abordados acima, outras obras de ficção de autores nacionais foram censuradas durante os anos de vigência do AI-5. Segundo a listagem do acervo do DCDP e o citado levantamento de Deonísio da Silva, foram elas: Quatro contos de pavor e alguns poemas desesperados, Álvaro Alves de Faria; Dez histórias imorais, de Aguinaldo Silva; Meu companheiro querido, de Alex Polari; Zero - romance pré-histórico, de Ignácio de Loyola Brandão; Em câmara lenta, Renato Tapajós; Aracelli, meu amor José Louzeiro; Feliz Ano Novo, de Rubem Fonseca, Diário de André de Brasigóes Felício e os contos “Mister Curitiba” de Dalton Trevisan e “O cobrador” de Rubem Fonseca.

O texto do livro Quatro contos de pavor e alguns poemas desesperados, de Álvaro Alves de Faria, foi encaminhado pelo autor ao DCDP mas o parecer nunca foi buscado (Ofício no. 511/73- DCDP; processo no. 57308/73 e despacho no mesmo processo em 28 de maio de 1976).

O veto ao livro Aracelli, meu amor José Louzeiro, pelo Ministério da Justiça é um caso muito específico. O livro relata um caso real: o estupro e o assassinato da menina de nove anos, Aracelli Cabrera Crespo, por três jovens de famílias da elite de Vitória, Espírito Santo. Apesar de se tratar de um relato ficcional, o texto utiliza os nomes dos acusados. As famílias dos acusados manifestaram-se juridicamente contra o fato e o Ministério da Justiça suspendeu a publicação e a circulação do livro por algum tempo enquanto o processo transcorria. Mesmo assim, houve nova edição mesmo antes do fim do processo (Ver: HALLEWELL, 2005, p. 593)

Os contos “Mister Curitiba” de Dalton Trevisan e “O cobrador” de Rubem Fonseca foram vetados previamente pelo DCDP quando venceram concursos de contos da





revista Status em 1976 e 1978 respectivamente. A revista Status, assim como as revistas Inéditos (revista mineira de cultura e literatura), Paralelo (de Porto Alegre), Homem (hoje Playboy), Ele e Ela e Nova estavam entre aquelas que, a cada edição, deveriam remeter os originais previamente ao DCDP. (ver: MARCONI, 1980)

Alex Polari consta na listagem de Deonísio da Silva como tendo seu texto Meu companheiro querido censurado. Nas listagens de livros examinados pelo DCDP não localizamos referências a esse autor. Alex Polari, militante de um movimento armado de esquerda, foi preso em maio de 1971 e quando saiu seu primeiro livro, Inventário de Cicatrizes, ele ainda estava preso, condenado à prisão perpétua. Na quarta capa desse livro, publicado em 1978 pelo Comitê Brasileiro pela Anistia em conjunto com o Teatro Ruth Escobar, está escrito:

“Como preso político, juntamente com seus companheiros, tem participado de todas as lutas de sobrevivência, denúncia e resistência que os militantes políticos são obrigados a travar nos cárceres, principalmente depois de 1968. Se as poesias de Alex ainda não tomaram a forma unitária de um livro – conforme acontece hoje – elas já foram objeto de ampla divulgação dentro e fora do país. Diversas delas foram publicadas e distribuídas por ocasião das manifestações estudantis de 76 e 77.”

Não conseguimos localizar precisamente a que poema a listagem se refere e nem as circunstâncias do veto. Em 1979, em virtude da Lei da Anistia, Alex Polari foi solto e publicou seu segundo livro Camarim de prisioneiro.

Os livros Dez histórias imorais, de Aguinaldo Silva; Diário de André, de Brasigóes Felício; Zero - romance pré-histórico, de Ignácio de Loyola Brandão; Feliz Ano Novo, de Rubem Fonseca e Em câmara lenta, de Renato Tapajós, foram publicados, distribuídos, comercializados e algum tempo depois, meses ou anos, foram examinados pelo DCDP cujo parecer (na maioria dos casos) tornou-se base do decreto de proibição e apreensão assinado pelo Ministro da Justiça com a formulação: “proíbo a publicação e circulação em todo o território nacional (...) bem como determino a apreensão de todos os seus exemplares expostos à venda, por exteriorizarem matéria contrária à moral e aos bons costumes”.



No arquivo dos documentos do DCDP encontram-se os processos e os pareceres de Quatro cantos de pavor e alguns poemas desesperados, Dez histórias imorais, Diário de André e Feliz Ano Novo.

Apesar de nas obras ficcionais, listadas acima, censuradas pela Ditadura Militar a temática sexual ser bastante presente, elas não são obras que possam ser classificadas como eróticas ou pornográficas.

O traço que parece ser mais evidente entre estas obras literárias é a filiação a uma certa literatura da violência – violência física e psicológica das prisões e torturas, a impunidade dos criminosos como mecanismo propulsor da violência, violência ensandecida e sem rumo dos marginalizados e excluídos - violências estas que o Regime Militar propiciara e se esforçava por ocultar.

### **Observações finais**

Os dados quantitativos gerais sobre censura a livros calculados a partir dos documentos disponíveis no acervo preservado do DCDP listados anteriormente indicaram que a atividade censória, nesse setor, foi mais rígida entre 1975 e 1980 – anos em que mais de 50% dos livros submetidos foram vetados, enquanto entre 1970 e 1973 esse percentual ficava muito abaixo de 50%.

Ou seja, a censura a livros durante a Ditadura Militar teve uma atuação mais forte não nos chamados Anos de Chumbo (1968-1972), mas sim durante o Governo Geisel (março de 1974 a março de 1979), e especialmente no final desse governo. Sendo que o Governo Geisel, apesar dos momentos de retrocessos, foi aquele em que se iniciou o processo de abertura política lenta e gradativa. A censura a livros por parte do Departamento de Censura de Diversões Públicas foi maior quando a maioria dos jornais e revistas estava sendo liberada da presença da censura prévia nas redações.

Pode-se dizer que a censura a livros durante a Ditadura Militar apresenta uma dinâmica similar a outros setores das diversões públicas: dados do DCDP indicam que também o teatro e o cinema foram mais vetados também durante o Governo Geisel. (FICO, 2002, nota 170)



Duas hipóteses podem servir de chave explicativa para essa diferença da repressão censória relativa a jornais e revistas e aquela relativa às diversões públicas:

A primeira hipótese seria que o DCDDP teria, grosso modo, um escopo censório mais moral e menos político, e essa censura moral, nas palavras de Carlos Fico, “obedecia a outros ditames, embora não tenha ficado imune às peculiaridades do regime militar. Ela dizia respeito a antigas e renovadas preocupações de ordem moral, muito especialmente vinculadas às classes médias urbanas”. (FICO, 2002, p. 22)

A segunda hipótese para que se entenda a grande proporcionalidade da atividade censória do DCDDP em relação a livros, teatro, cinema e televisão após a posse de Geisel e especialmente nos dois últimos anos de seu governo, seria a possibilidade de que o próprio DCDDP percebendo a possibilidade do fim das atividades censórias buscou mostrar-se como necessário ao sistema.

Reforçando essa segunda hipótese podemos citar o fato, citado por Gaspari, que em junho de 1974 a Censura proibiu que se publicasse “a declaração de um deputado contando que Golbery lhe disse, durante uma audiência, que se vai acabar com a censura”.(2002b, p. 488)



## Referências Bibliográficas

- CALDAS, Waldenyr. Literatura da cultura de massa. São Paulo: Musa Ed., 2000.
- COSTELLA, Antônio F. O controle da informação no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- COTTA, Pery. Calandra. O sufoco da imprensa nos anos de chumbo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- EMEDIATO, Luiz Fernando, Trevas no Paraíso. São Paulo: Geração Editorial, 2004.
- FERNANDES, Ismael. Memória da telenovela brasileira. São Paulo: Brasiliense, 4a. ed., 1997.
- FERREIRA, J. P. (org.). Editando o Editor. Enio Silveira. São Paulo: ComArte/ Edusp, 2003.
- FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. Topoi - Revista de História, Rio de Janeiro: v. 5, p. 251-286, 2002.
- GASPARI, Elio. (a). A ditadura envergonhada, São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- GASPARI, Elio. (b) A ditadura escancarada. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- JONES, Derek (ed.). Censorship. A world encyclopedia. Londres/Chicago: Fitzroy Dearborn Publishers, 2001.
- MARCONI, Paolo. A censura política na imprensa brasileira (1968-1978). São Paulo: Global, 1980.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Desenvolvimento e Crise no Brasil. 1930-1983. São Paulo: Brasiliense, 14a. ed., 1985.
- REIMÃO, Sandra. Mercado editorial brasileiro. São Paulo: ComArte, FAPESP, 1996.
- SCHWARZ, Roberto. “Cultura e política 1964-1969”. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- SILVA, Deonísio da. Nos bastidores da censura. Sexualidade, literatura e repressão pós-64. São Paulo: Liberdade, 1989.



SILVERMAN, Malcolm. Protesto e o novo romance brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2a. ed., 2000.

SIMÕES, Inimá. Roteiro da Intolerância. São Paulo: Senac/ Terceiro Nome, 1998.

STEPHANOU, Alexandre Ayub. Censura no regime militar e militarização das artes. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

TV GLOBO, Dicionário da TV Globo, volume 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

VÁRIOS - Revista Veja – edição de 26 de dezembro de 1979.

VÁRIOS - Revista Visão - edição de 11 de março de 1974.

VÁRIOS - Jornal O Estado de S. Paulo, 32/03/2004. Caderno Especial “Março de 64”.

VÁRIOS - Revista Civilização Brasileira, RJ, Ed. Civilização Brasileira, números 1 a 22, 1964 a 1968.

VÁRIOS- Coleção Cronologia das Artes em São Paulo 1975-1995. São Paulo: CCSP, 5v., 1996.

VENTURA, Zuenir. 1968 O ano que não terminou. A aventura de uma geração. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 17a. Ed., 1988.